



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO  
DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A EVOLUÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE  
TRABALHO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Ana Carolina Marinato de Resende

Nº de Matrícula: 1111075

Orientador: Gabriel Ulyssea

30 de Junho de 2016

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, por me mostrarem a importância do conhecimento desde cedo.

À minha mãe, pelo exemplo de altruísmo e força. Ao meu pai pelo apoio e compreensão.

Aos meus irmãos pelo apoio e amizade. Ao João, por me prover as ferramentas para produzir esse trabalho e mais importante por ser meu exemplo de superação. Ao Pepê pelo companheirismo de sempre.

Às minhas amigas, Bruna e Renata, por estarem sempre ao meu lado mesmo distantes.

Às mulheres da minha família por me mostrarem que força, trabalho, destemor e altruísmo são os fatores principais da essência feminina.

À Dida, minha referência de equilíbrio entre inteligência e compaixão.

Ao meu orientador, Gabriel Ulyssea e à equipe do Datazoom.

**Sumário**

1. Introdução.....	5
2. Revisão da Literatura.....	6
3. Fatos Estilizados.....	11
4. Estratégia Empírica.....	16
5. Resultados.....	19
6. Conclusão.....	21
7. Bibliografia.....	22

## 1. Introdução

O forte crescimento da participação feminina na força de trabalho está entre as mudanças socioeconômicas mais relevantes da América Latina nos últimos 50 anos. Nos anos 60 apenas 20% de mulheres adultas brasileiras faziam parte da força trabalhista e em apenas meio século essa proporção cresceu para 70%(Gasparini e Marchionni, 2015). No entanto, um padrão de movimentação da taxa de participação vem sendo observado em países da América Latina no geral, caracterizado pelo alto crescimento durante os anos 90 e uma desaceleração substancial no início dos anos 2000. (Gasparini et al 2015, Busso e Fonseca 2015) . Da mesma forma, a evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, que até meados dos anos 2000 mostrava uma trajetória de crescimento estável e significativa, tem estagnado e até reduzido nos último anos (Ipea, 2013).

As consequências da maior inserção de mulheres na força trabalhista são sentidas pela economia como um todo, afetando níveis de pobreza, desigualdade, desemprego e educação (Gaparini et al, 2015). Assim, é importante investigar não só os fatores relevantes à evolução da taxa de participação feminina no mercado de trabalho, mas também os fatores que contribuíram para a desaceleração mais recente para entendermos melhor como o quadro atual pode melhorar.

O objetivo deste trabalho é avaliar a evolução da taxa de participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro nas últimas duas décadas, prestando especial atenção nos determinantes considerados mais importantes não só na literatura como um todo, mas especialmente nos estudo mais recentes sobre a taxa de participação feminina na força de trabalho da América Latina. Deste modo, podemos melhor compreender os fatores que se aplicam mais especificamente ao caso brasileiro.

## **2. Revisão da Literatura**

Para selecionar os fatores relevantes à análise da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro devemos avaliar o que tem sido discutido acerca das determinantes da participação feminina na força de trabalho.

### **2.1. Antecedentes Teóricos**

Os antecedentes teóricos aqui expostos descrevem fatores relevantes na decisão do indivíduo sobre a oferta de trabalho, que é fortemente vinculada à decisão de participação na força de trabalho. Ambos os modelos apresentam a decisão de ofertar trabalho como uma escolha de alocação temporal que depende de preferências dos indivíduos quanto aos valores do tempo não laboral e o tempo dedicado ao trabalho.

O modelo neoclássico utiliza a teoria do consumidor como base e separa a escolha de alocação temporal do indivíduo entre tempo dedicado ao trabalho que o permite consumir e tempo de lazer. Assim, o indivíduo determina, a partir de suas preferências entre lazer e consumo, um nível mínimo de salário que ele exigirá para entrar no mercado - seu salário de reserva. Já o modelo de Becker insere a decisão do indivíduo no âmbito domiciliar. Com base na teoria de tempo e produção familiar, ele considera a decisão de alocação temporal uma escolha entre produção doméstica e trabalho remunerado, (Becker 1965). Ao decidir sobre a oferta de trabalho neste caso, o indivíduo considera não só suas preferências entre lazer e consumo, mas especialmente aquela sobre afazeres domésticos

A teoria de Becker é importante para o contexto familiar, onde a função de produção doméstica é essencial, especialmente quando se contempla o papel da mulher na divisão intradomiciliar do trabalho. Deste modo, ao analisar a decisão da mulher de participar do mercado é crucial considerar como o tempo despendido com trabalho doméstico afeta sua propensão a trabalhar fora de casa.

Dado o tempo substancialmente maior dedicado pelas mulheres aos afazeres domésticos (Berniell e Sanchez 2011), seria razoável concluir que o salário de reserva feminino é maior do que o dos homens no geral, o que pode explicar em parte a menor taxa de participação feminina. Outros fatores considerados determinantes da oferta de trabalho feminino podem afetar o salário de reserva ao provocar mudanças no valor do trabalho

doméstico, como características familiares e de renda, e o salário potencial de mercado ao modificar os retornos potenciais do trabalho, como a educação.

## **2.2. Antecedentes Empíricos**

A jornada de trabalho doméstico é fator-chave para entender a razão e forma das movimentações da taxa de participação feminina no mercado de trabalho. Culturalmente, as mulheres são fortemente associadas com a esfera doméstica e cuidados da família (Greenwald et al 2002, Beaman et al 2009), conseqüentemente acabam sendo responsáveis pela grande maioria do trabalho doméstico (Berniell e Sanchez 2011). Isso faz com que a probabilidade de uma mulher se inserir na força de trabalho mude de acordo com o tempo que ela precisa dedicar ao trabalho doméstico.

Fatores que reduzem o tempo de afazeres domésticos e cuidados da família afetam positivamente a probabilidade da inserção da mulher no mercado de trabalho. Existem evidências de efeito positivo quando há compartilhamento das responsabilidades domésticas com outra pessoa presente no domicílio. Chan (2006) encontra aumento da probabilidade da inserção de mulheres cônjuges no mercado de trabalho em Hong Kong quando o trabalho doméstico é delegado para empregadas domésticas. Já Soares (2002) e Connelly e DeGraff (1996) encontram que a substituição de atividades domésticas entre filhas mais velhas e mães pode aumentar a oferta de trabalho da mãe. Do mesmo modo, Wong e Levine (1992) constatam que a presença de mulheres inativas com mais de 13 anos no domicílio na área urbana do México aumenta a oferta de trabalho de mulheres casadas e com filhos de até 5 anos.

Na mesma linha de raciocínio, inovações tecnológicas permitem que as mulheres melhor conciliem trabalho doméstico com trabalho remunerado, causando impacto positivo sobre a oferta de trabalho feminina. A presença de eletrodomésticos no domicílio é associada com uma redução no tempo gasto com tarefas domésticas e assim efeitos positivos sobre a participação feminina no mercado de trabalho. Greenwood et al (2005) e Coen-Pirani et al (2010) apontam a difusão de eletrodomésticos poupadores de tempo( como máquina de lavar, freezer e secadora) como fator chave no aumento da participação de mulheres casadas de 1930 até hoje. Cavalcanti e Tavares (2008) confirmam o impacto

do uso de eletrodomésticos sobre o tempo de trabalho doméstico feminino observando que uma redução nos preços de eletrodomésticos em países da OCDE explicam parte significativa do aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Ainda no impacto de inovação tecnológica, Dinkelman (2011) encontra efeito positivo da expansão no acesso à eletricidade na África do Sul sobre o número de mulheres empregadas. De modo similar, Goldin (2014) expressa conseqüências positivas de horários e estrutura de trabalho mais flexíveis através do uso da internet de alta velocidade no domicílio, que permite um aumento na oferta de trabalho da mulher, efeito mais pronunciado para mulheres casadas, mães e de alta escolaridade (Dettling 2014).

Características familiares são também determinantes importantes para a inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente através de como afetam o valor dado ao trabalho doméstico e cuidados de familiares. Inúmeros estudos mostram evidências do impacto que filhos e parentes idosos têm sobre a participação de mães no mercado de trabalho. Pazello e Fernandes (2004) ilustram o efeito negativo da presença de filhos no domicílio sobre a oferta de trabalho da mulher e Costa (2007) sublinha os efeitos negativos não só de filhos mas também da presença de idosos no domicílio. Outros estudos mostram efeito na mesma direção quando há um aumento na quantidade de filhos sobre a oferta de trabalho da mãe no México e na Argentina (Cruces e Galiani 2007), nos EUA, com efeito pior para as mães de baixa renda e escolaridade (Angrist e Evans 1998), no Brasil, para mulheres cônjuges (Sedlacek e Santos 1991) e em países pobres em desenvolvimento, para mães jovens (Agüero e Marks 2011). Do mesmo modo, a queda da fecundidade é considerada fator fundamental no aumento de longo prazo da participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil (Bruschini e Lombardi 1996, Leme e Wajnman 1999), como em países da América Latina e nos EUA (Tortarolo 2014). Isso também pode ser refletido pela expansão do acesso à pílula anticoncepcional nos EUA, que foi responsável por 14% do aumento na participação feminina no mercado de trabalho entre 1970 e 1990.

Corroborando a importância dos cuidados da família para a decisão feminina de participar do mercado de trabalho, a literatura mostra que quanto mais nova a criança, e portanto mais necessitada de cuidados, menor é a participação da mãe, sendo o maior



efeito para crianças abaixo de 6 anos (Costa 2007, Gasparini et al 2015, Lundberg 1988). Ademais, a provisão e subsídios de creches e pré-escolas, que reduzem os custos de cuidados infantis, influenciam positivamente a participação das mães em países com participação relativamente baixa e com mercado de trabalho razoavelmente flexível (Busso e Fonseca 2015), para mães solteiras com crianças pequenas (Cascio 2006), para mães solteiras e com baixa escolaridade (Lefebvre et al 2009, Goux e Maurin 2010).

Ainda no âmbito familiar, o casamento é fortemente associado a uma redução da participação da mulher. Costa (2007) e Gasparini et al (2015) encontram uma queda substancial na probabilidade da participação das mulheres na força de trabalho quando moram com um parceiro ou são casadas, especialmente quando esse parceiro chefe de domicílio é homem. Busso e Fonseca (2015) argumentam que o casamento modifica os retornos relativos de trabalhar em casa com relação a trabalhar no mercado, pois o parceiro representa uma fonte alternativa de renda, o que aumentaria o salário reserva e diminui a propensão da mulher de entrar no mercado de trabalho.

Essa linha de pensamento é validada ao ponderar os diversos estudos que consideram a renda do marido uma das principais determinantes da oferta de trabalho feminina. Sedlacek e Santos (1991) e Scorzafave e Menezes-Filho (2001) encontram, através de uma probit funcional, que a propensão de mulheres brasileiras a trabalhar é maior quando a renda de seus maridos é menor e Costa (2007) encontra relação negativa entre a renda não laboral e a probabilidade da mulher participar do mercado de trabalho. No entanto, Gasparini et al (2015) encontram efeitos opostos, avaliando que mulheres casadas com maridos com renda alta tendem a trabalhar mais do que as outras por que tendem a ter características como escolaridade mais alta que as fazem mais tendenciosas a participar do mercado de trabalho, enquanto Bredemeier e Juessen (2013) observam que o maior aumento das horas ofertadas dentre as mulheres casadas ocorreu para aquelas casadas com homens que recebem maior renda. Adicionalmente, o fenômeno do trabalhador adicional oferece evidências da mulher entrando no mercado de trabalho para substituir a renda do seu marido quando este perde o emprego (Gonzaga e Reis 2011, Cerruti 2000, Khitarishvili 2013). Ainda no efeito de renda não laboral, vemos que a renda domiciliar tem associação

positiva com a probabilidade da inserção feminina no mercado de trabalho ( Ramos e Soares 1994).

Uma discussão importante é o efeito de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, tem sobre a participação da mulher no mercado. Apesar de existirem crenças de que existiria um efeito negativo definitivo, as evidências mostram efeitos muito pequenos e em direções opostas (Novella et al 2012, Parker e Skoufias 2000, Alzua et al 2012). No Brasil houve algumas tentativas de medir o impacto do Bolsa Família, mas os resultados encontrados foram similares, efeitos pequenos, alguns deles positivos, e nenhum grande desincentivo ao trabalho (Tavares 2008, Ferro e Nicollela 2007, Soares et al 2007, Teixeira 2011)

Essa responsabilidade feminina desproporcional sobre afazeres domésticos também afeta o modo como as mulheres se inserem no mercado, o que aumenta probabilidade de entrarem no mercado de trabalho através de empregos informais(Funkhouser 1996, Márquez e Pagés 1998, Duflo 2011), com horários mais flexíveis, alta rotatividade e menos barreiras de entrada (Amadeo et al 2000, Barros e Varandas 1987). Gonçalves, Perez e Wajnman (2004) encontram evidências nas regiões Sudeste e Nordeste brasileiras de que as mulheres entram no mercado especialmente através da informalidade.

Considerada fundamental no crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro (Sedlacek e Santos 1991, Scorzafave e Menezes-Filho 2001 ,Barros, Jatobá e Mendonça 1995, Leme e Wajnman 1999, Soares e Izaki 2002), a escolaridade é talvez a determinante mais indicativa de mudanças na oferta de trabalho feminina. Apesar de Bassi, Busso e Muñoz (2015) terem delineado a expansão do acesso à educação na América Latina como ação de políticas não relacionadas com participação, é difícil afirmar uma relação causal de um só lado, já que as duas variáveis são intimamente conectadas. A decisão por aumentar escolaridade pode originar de uma mudança nos retornos esperados do mercado de trabalho (Foster e Rozensweig 1996, Jensen 2012) ou até de mudanças em valores tradicionais e normas de gênero (Akerlof e Kranton 2000).

Outra determinante intimamente ligada à participação é a idade, pois as mudanças causadas por ela são majoritariamente causadas por decisões de ciclo de vida. No entanto,

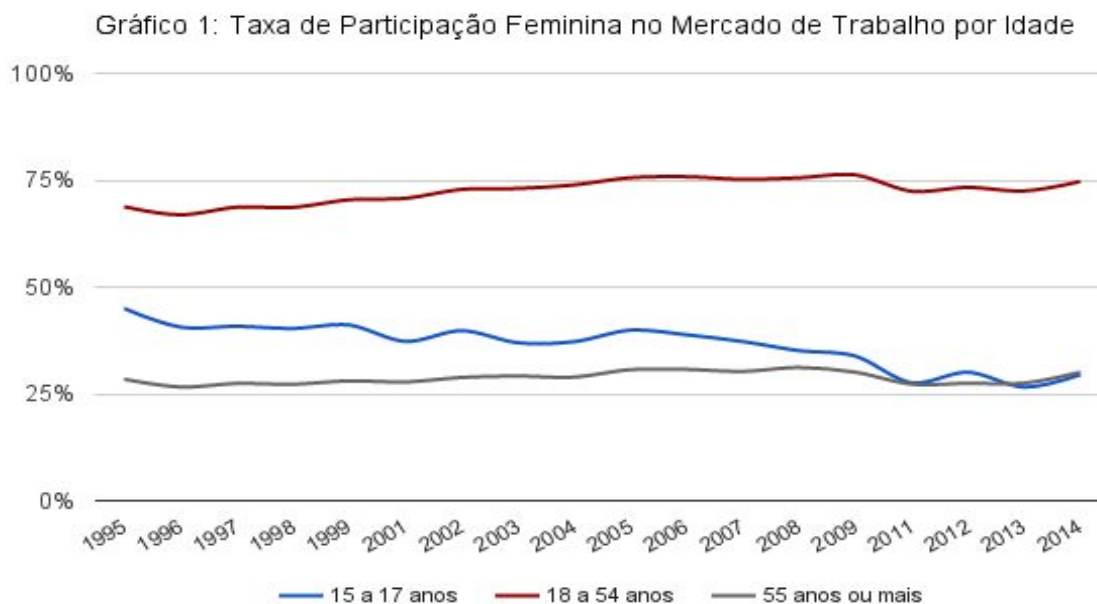
por mais que ao longo da vida os padrões de participação se mantenham, também se encontram evidências de que os níveis de participação entre gerações tem aumentado ao longo do tempo (Wajnman e Rios-Neto 1994), provavelmente por causa da grande diferença de variáveis como escolaridade e fecundidade que mudam bastante entre as gerações (Leme e Wajnman 1999).

### 3. Fatos Estilizados

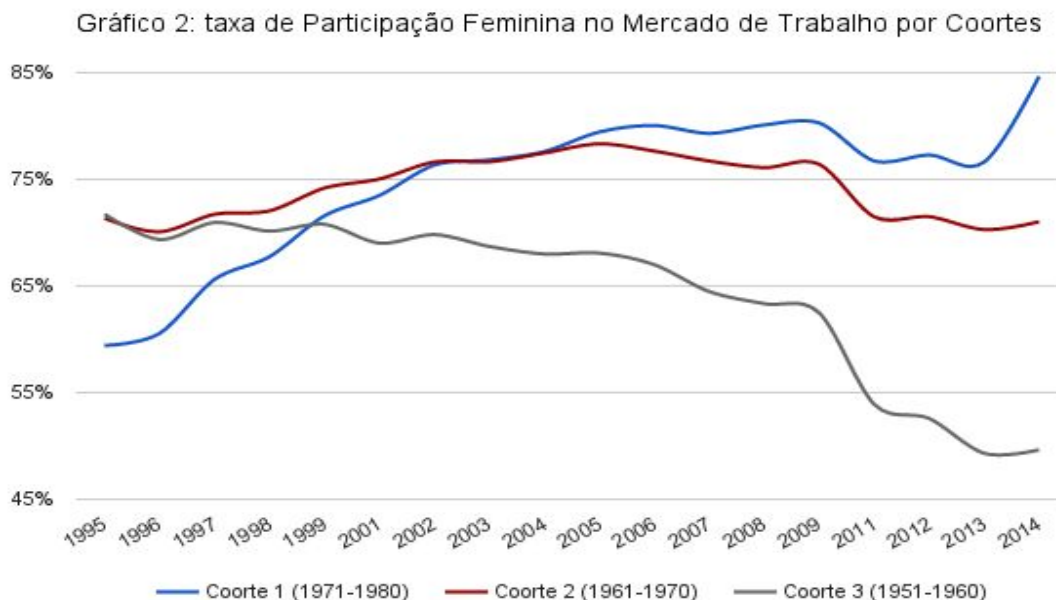
A seguir, utilizaremos os microdados da PNAD de 1995 a 2014 para entender melhor como determinantes importantes da taxa de participação feminina, vistos na seção anterior, podem ter sido aspectos relevantes na evolução da taxa de participação feminina no mercado de trabalho brasileiro nos últimos 20 anos. Iniciamos analisando a evolução da taxa de participação feminina (TPF) dentro de grupos etários. Como a taxa de participação é construída com base na população em idade ativa, observamos dados de mulheres acima de 14 anos de idade.

No gráfico 1, a princípio nota-se que a TPF do grupo de mulheres acima de 54 anos de idade é substancialmente mais baixa e mais estável do aquela dos outros dois grupos de mulheres mais jovens, o que pode ser devido a um maior número de mulheres nesta idade terem uma fonte de renda alternativa vinda da aposentadoria. Já o grupo de mulheres de 15 a 17 anos tem o nível geral de TPF um pouco mais elevado do que àquela do grupo mais velho (até 2013 quando se torna menor), mas com movimentos mais voláteis. Essa volatilidade da TPF de mulheres entre 15 e 17 pode ser devido à grande quantidade de mulheres nesta faixa etária que são estudantes e não necessitam da renda proveniente do trabalho.

Vemos que para os dois grupos mais velhos existe um movimento similar de crescimento da TPF nos anos 90 até meados dos anos 2000, embora tenha se mostrado mais pronunciado para o grupo de mulheres entre 18 e 54 anos, com um aumento de 7 pontos percentuais na TPF entre 1995 e 2006. A partir de meados da década de 2000 houve uma desaceleração e eventual redução na TPF de todos os grupos, sendo a queda mais evidente para a TPF de mulheres entre 15 e 17 anos, que caiu 9 pontos percentuais entre 2006 e 2014. Por representar o grupo de mulheres com a TPF menos volátil quanto a decisões do ciclo de vida, escolhemos a faixa etária de 18 a 54 anos como base da análise conseguinte da TPF nos últimos anos.

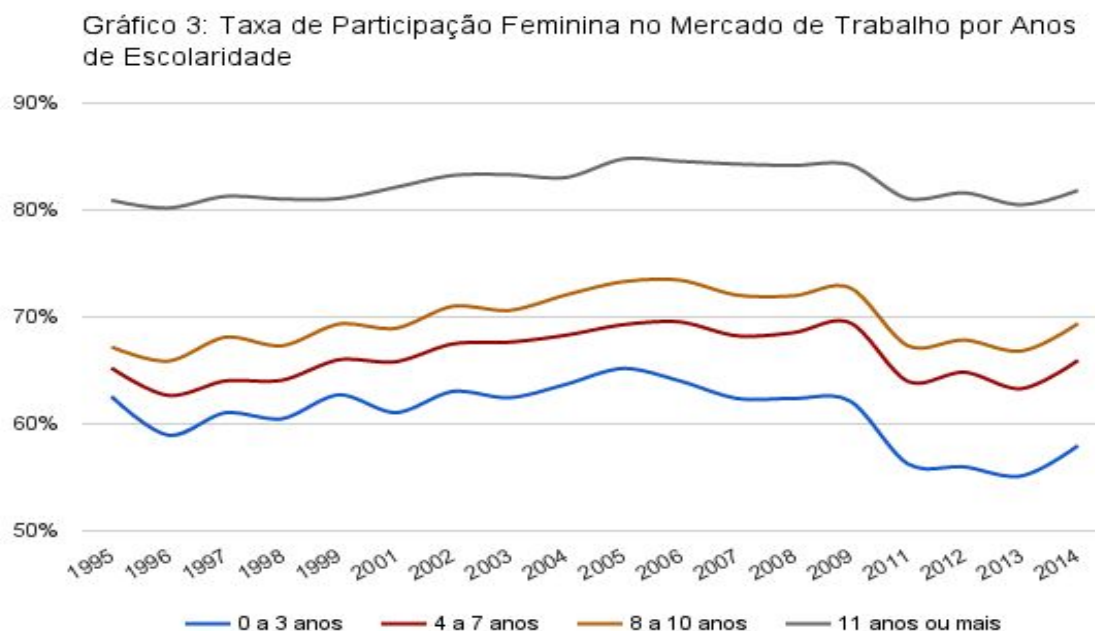


Ao analisarmos a taxa de participação por coortes, ou gerações, no gráfico 2, podemos ver claramente a relação de U-invertido entre a idade das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho, refletindo a tendência do ciclo de vida que leva a mulher a diminuir sua participação no mercado de trabalho após certa idade. Ademais, o perfil mais alto da TPF de coortes mais jovens sugere um padrão de crescimento de longo prazo da TPF, maior a cada geração.



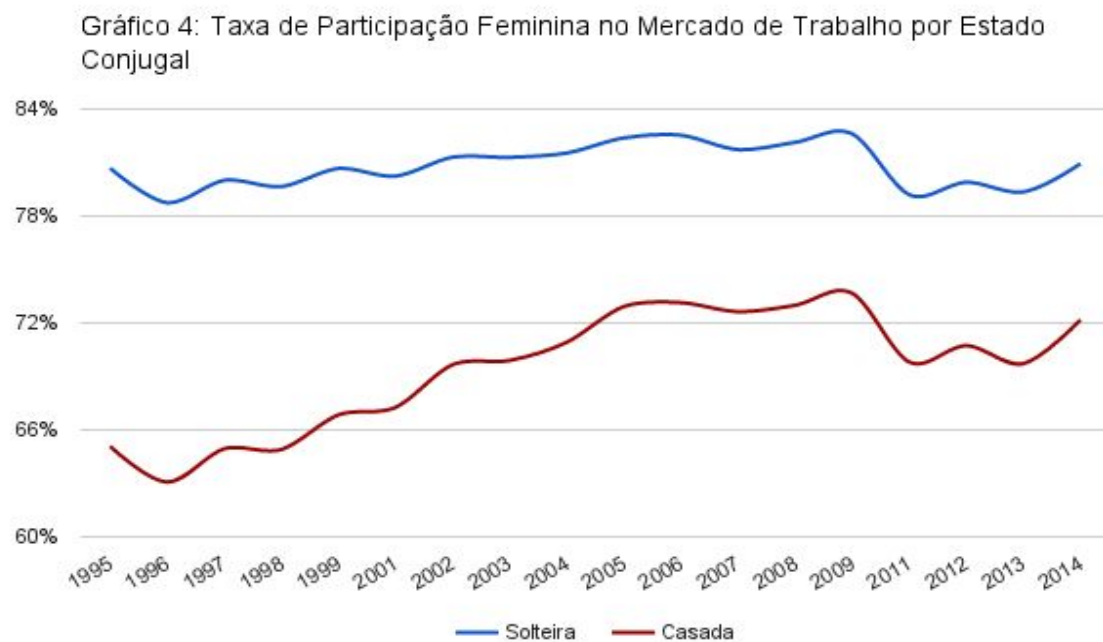
Fonte:PNAD/IBGE

No gráfico 3 separamos a taxa de participação de acordo com anos de escolaridade, assim conferindo como a educação afeta a taxa de participação feminina positivamente. Podemos notar uma grande diferença entre os níveis da TPF dos grupos de escolaridade mais baixas comparado com o grupo de mulheres com escolaridade mais alta, 11 anos ou mais de educação. Ademais, é evidente que o nível educacional também afeta a volatilidade da TPF, o que indica que quanto menor a escolaridade da mulher, mais volátil é sua permanência no mercado de trabalho. Assim, enquanto observamos um padrão similar em todos os grupos no progresso da TPF durante os anos, o maior crescimento durante os anos 90 acontece no grupo de mulheres com 8 a 10 anos de escolaridade, ou ensino médio incompleto, e a maior queda nos anos 2000 no grupo de mulheres com menor nível de escolaridade. Levando também em consideração o aumento significativo do nível de escolaridade feminino geral ao longo dos anos, especialmente na quantidade de mulheres com ensino médio completo, verificamos a importância da escolaridade como determinante da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.



Fonte:PNAD/IBGE

No gráfico 4 vemos a importância da questão familiar sobre a taxa de participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Enquanto a TPF de mulheres solteiras se manteve alta e relativamente estável durante os anos 90, a TPF de mulheres casadas teve um aumento de 8 pontos percentuais entre 1995 e 2006. A partir de 2006, ambas as TPFs de mulheres casadas e solteiras sofreram uma estagnação e subsequente redução similares, eliminando o pequeno efeito do crescimento da década anterior para mulheres solteiras e reduzindo parte do efeito substancial do crescimento da TPF de mulheres casadas na década anterior. Essas diferenças podem ser devidas ao fato de mulheres casadas contarem com uma renda alternativa além daquela advinda do trabalho e assim têm menos "necessidade" de se inserir no mercado de trabalho para se sustentar e portanto têm uma taxa de inserção no mercado mais volátil.



Fonte: PNAD/IBGE



## 4. Estratégia Empírica

### 4.1 Dados

Os dados utilizados na análise empírica neste trabalho foram retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo IBGE de 1995 a 2014, focada em 5 anos deste período, 1995, 2001, 2006, 2011 e 2014.<sup>1</sup> A amostra deste estudo será composta por mulheres de áreas urbanas com idade entre 18 e 54 anos.

A restrição à áreas urbanas é feita para evitar ambiguidade quanto à definição de pessoa economicamente ativa, já que em áreas rurais é comum o trabalho familiar o que torna difícil distinguir trabalho doméstico daquele realizado para o mercado. Do mesmo modo, a restrição de idade se faz necessária por representar um grupo mais homogêneo de mulheres, excluindo os grupos mais voláteis de mulheres buscando seu primeiro emprego ou prestes a se aposentar.

### 4.2 Metodologia

Para analisar os impactos das determinantes sobre a participação das mulheres na força de trabalho utilizarei um modelo de regressão *probit*, em que a variável dependente é binária, ou seja,  $Y=1$  se participa da força de trabalho e  $Y=0$  se não participa. Assim, a probabilidade de o indivíduo ser economicamente ativo ( $Y=1$ ) é uma função da distribuição normal acumulada das variáveis explicativas:

$$\text{Prob (Part= 1)} = \Phi(\beta_0 + \beta_1 \text{uf} + \beta_2 \text{casada} + \beta_3 \text{idade} + \beta_4 \text{idade}^2 + \beta_5 \text{anoest} + \beta_6 \text{filhos0a5} + \beta_7 \text{filhos6a12} + \beta_8 \text{filhos3a17} + \beta_9 \text{filhas13a17} + \beta_{10} \text{filhos18oumais} + \beta_{11} \text{rendadomicpcliq})$$

Em que  $\Phi$  é a distribuição normal acumulada e a estimação resultante é:

$$\text{Part}'_i = \beta_0 + \beta_1 i. \text{uf}_i + \beta_2 \text{casada}_i + \beta_3 \text{idade}_i + \beta_4 \text{idade}^2_i + \beta_5 i. \text{anoest}_i + \beta_6 \text{filhos0a5}_i +$$

---

<sup>1</sup>1. A PNAD não foi realizada nos anos censitários de 2000 e 2010, e em 1994 por razões excepcionais.

$$\beta_7 \text{filhos6a12}_i + \beta_8 \text{filhos13a17}_i + \beta_9 \text{filhas13a17}_i + \beta_{10} \text{filhos18oumais}_i + \beta_{11} \text{rendadomicpcliq}_i + u_i$$

Os parâmetros  $\beta$  são estimados por máxima verossimilhança, para 5 anos do período entre 1995 e 2014 e representam o impacto das variáveis independentes sobre a variável dependente e não sobre a probabilidade. O impacto sobre a probabilidade é o efeito marginal, que corresponde à derivada parcial da variável dependente em relação a uma variável explicativa específica.

A variável dependente  $\text{Part}_i$  é binária, igual a 1 se o indivíduo participa do mercado de trabalho e 0 se não participa. As variáveis explicativas utilizadas são baseadas nas determinantes da oferta de trabalho feminina presentes em boa parte da literatura empírica sobre o tema: estado conjugal, idade, idade dos filhos, presença de filhas adolescentes, escolaridade e renda domiciliar per capita. O termo  $uf_i$  é utilizado como controle de região, através de indicadores para cada UF. A variável  $\text{casada}_i$  é igual a 1 se o indivíduo é casado e 0 se não. A variável  $\text{idade}_i$  representa as idades dos indivíduos, enquanto  $\text{idade2}_i$  representa as idades ao quadrado e está presente no modelo para representar a relação de U-invertido entre idade e participação. O termo  $\text{i.anoest}_i$  representa indicadores para cada ano de escolaridade, de 1 a 17. As variáveis  $\text{filhos0a5}_i$ ,  $\text{filhos6a12}_i$ ,  $\text{filhos13a17}_i$ ,  $\text{filhas13a17}_i$  e  $\text{filhos18oumais}_i$  também são binárias e se igualam a 1 quando o indivíduo tem filhos de 0 a 5 anos, 6 a 12 anos, filhos homens de 13 a 17 anos, filhas mulheres de 13 a 17 anos e filhos de 18 anos ou mais respectivamente. O termo  $\text{rendadomicpcliq}_i$  representa os valores da renda domiciliar per capita líquida, ou seja, o valor da renda domiciliar líquido da renda individual dividida pelos membros do domicílio. Por final,  $u_i$  é o termo de erro aleatório.

Os efeitos esperados são que a idade mostre relação de U invertido com a participação, crescente até certo momento e depois decrescente, refletindo os efeitos de ciclo de vida da mulher. Já escolaridade mostraria efeito positivo e significativo sobre a participação feminina no mercado de trabalho, já que mulheres com níveis mais altos de escolaridade tendem a participar mais do mercado. O estado conjugal da mulher deve ter

efeito negativo sobre sua participação, já que mulheres casadas parecem participar menos do mercado. A presença de filhos mais novos deve ter efeito negativo sobre a participação da mulher no mercado já que cuidados com os filhos seria inibidor para a entrada no mercado, enquanto que a presença de filhas adolescentes poderia ter efeito positivo refletindo uma divisão de tarefas domésticas entre mães e filhas. A renda domiciliar per capita líquida teria efeito negativo sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, já que uma fonte alternativa de renda faria com que a necessidade de trabalhar fora de casa diminua exponencialmente.

## 5.Resultados

A tabela 1 apresenta os efeitos marginais calculados a partir dos coeficientes resultantes da regressão probit detalhada anteriormente, que representam os impactos marginais de cada fator determinante sobre a probabilidade de participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro para os anos 1995, 2001, 2006, 2011 e 2014.

A priori observamos que a maioria dos efeitos marginais calculados, e os coeficientes correspondentes, são estatisticamente significantes. Como esperado, o estado conjugal da mulher casada tem efeito negativo sobre sua participação no mercado. No entanto, esse efeito têm diminuído em magnitude ao longo dos anos, refletindo o crescimento da participação da mulher casada no mercado de trabalho e assim possivelmente a queda da relativa de importância do estado conjugal da mulher sobre suas decisões laborais. Isso pode ser visto claramente no contraste entre a queda de 5 pontos percentuais no efeito entre 1995 e 2001, quando a TPF de mulheres casadas mais cresceu, e a queda substancialmente menor nos anos seguintes, quando houve menor crescimento.

Já os efeitos marginais de idade sobre a participação indicam efeito similar para todos os anos, um acréscimo de aproximadamente 3 a 4 pontos percentuais na probabilidade da mulher entrar no mercado de trabalho para cada idade. Enquanto os efeitos negativos da variável quadrática da idade indicam a relação de U-invertido esperada, refletindo as tendências do ciclo de vida da mulher.

Quanto a educação, os efeitos positivos e estatisticamente significantes de todos os anos de estudo, comparados aos zero anos de estudo base, confirmam o impacto positivo da escolaridade sobre a presença feminina na força trabalhista. Podemos observar um aumento em torno de pelo menos 1 ponto percentual na probabilidade de inserção da mulher no mercado para cada ano adicional de escolaridade em todos os anos de análise, indicando a importância de cada ano extra de estudo adquirido. Com exceção dos anos de conclusão do ensino médio (11 anos), quando há um aumento expressivo de 10 pontos percentuais na probabilidade de entrada no mercado (saindo de 20 para 30%), e de conclusão do ensino superior (15 anos), quando há um aumento de 5 pontos percentuais. Essas mudanças marcantes indicam a importância substancial da conclusão do ensino

médio e, em menor escala, do ensino superior para uma maior presença feminina no mercado.

A presença de filhos com menos de 12 anos de idade tem impacto negativo sobre a probabilidade de participação da mulher no mercado de trabalho em todos os anos em que o efeito é estatisticamente significativo. Como esperado, esse efeito é mais acentuado para crianças mais novas (0 a 5 anos) que causam uma queda de 10 pontos percentuais na probabilidade de participação feminina, pois demandam mais cuidados e assim tempo. Em contraste, apesar da presença de filhas mulheres adolescentes mostrar o efeito positivo crescente e significativo esperado, foram encontrados efeitos com a mesma tendência para filhos homens adolescentes, embora em menor magnitude e significância. Isso indicaria que filhos adolescentes de ambos gêneros ajudam as mulheres com o trabalho doméstico, sendo a ajuda das meninas um pouco mais significativa, e permitindo que elas tenham maior entrada no mercado.

Por fim, fica claro como a renda domiciliar per capita líquida, ou seja a renda domiciliar não advinda do trabalho da mulher, afeta sua probabilidade de entrar no mercado negativamente. A magnitude do efeito parece sofrer uma queda significativa em meados dos anos 2000, em torno de 24 pontos percentuais, possivelmente refletindo uma queda na relevância dessa determinante durante o crescimento estagnado da TPF no mercado de trabalho brasileiro observada na época.

Tabela 1: Efeitos  
Marginais na média  
Variável dependente:  
Participação feminina

Variáveis independentes	1995	2001	2006	2011	2014	
Mulheres casadas	-0.1676642** (0.000)	-0.1160549** (0.000)	-0.090028** (0.000)	-0.0757365** (0.000)	-0.0666403** (0.000)	
Idade	0.0319947** (0.000)	0.0364015** (0.000)	0.0302239** (0.000)	0.0355154** (0.000)	0.0341053** (0.000)	
Idade2	-0.0004936** (0.000)	-0.0005083** (0.000)	-0.0004719** (0.000)	-0.0005379** (0.000)	-0.0005174** (0.000)	
Anos de estudo	1	0.1002632**	0.0271358*	0.057979**	0.0403956*	0.0626726**

	(0.000)	(0.022)	(0.000)	(0.049)	(0.003)
2	0.0712088** (0.000)	0.0282863** (0.003)	0.0745521** (0.000)	0.0399331* (0.016)	0.0937764** (0.000)
3	0.1073775** (0.000)	0.052085** (0.000)	0.0842934** (0.000)	0.0606004** (0.000)	0.0807671** (0.000)
4	0.1192396** (0.000)	0.0884091** (0.000)	0.1257711** (0.000)	0.1002061** (0.000)	0.1152337** (0.000)
5	0.1410584** (0.000)	0.0953289** (0.000)	0.1285644** (0.000)	0.1194055** (0.000)	0.1370526** (0.000)
6	0.1366853** (0.000)	0.0865453** (0.000)	0.1483294** (0.000)	0.1336336** (0.000)	0.1543278** (0.000)
7	0.1538595** (0.000)	0.0858341** (0.000)	0.1650217** (0.000)	0.1532901** (0.000)	0.1652444** (0.000)
8	0.1803695** (0.000)	0.1369049** (0.000)	0.1977988** (0.000)	0.1727277** (0.000)	0.200107** (0.000)
9	0.1892211** (0.000)	0.1514772** (0.000)	0.2272277** (0.000)	0.1855464** (0.000)	0.2123212** (0.000)
10	0.1973992** (0.000)	0.201048** (0.000)	0.2195329** (0.000)	0.1960779** (0.000)	0.1941136** (0.000)
11	0.3249591** (0.000)	0.3379386** (0.000)	0.3156538** (0.000)	0.2924574** (0.000)	0.2951883** (0.000)
12	0.2806725** (0.000)	0.369913** (0.000)	0.3232989** (0.000)	0.3083235** (0.000)	0.2942693** (0.000)
13	0.3202112** (0.000)	0.3998124** (0.000)	0.331982** (0.000)	0.3209674** (0.000)	0.307123** (0.000)
14	0.3914897** (0.000)	0.3903064** (0.000)	0.3655766** (0.000)	0.3550779** (0.000)	0.3470137** (0.000)
15	0.4576555** (0.000)	0.453674** (0.000)	0.4232015** (0.000)	0.4146223** (0.000)	0.4125896** (0.000)
16	0.4582427** (0.000)	0.5165677** (0.000)	0.4373055** (0.000)	0.4303424** (0.000)	0.4249107** (0.000)
17	0.4961854** (0.000)	0.5293815** (0.000)	0.4572356** (0.000)	0.4658674** (0.000)	0.4541483** (0.000)
Filhos de 0 a 5 anos	-0.1535267** (0.000)	-0.0630192** (0.000)	-0.1038726** (0.000)	-0.091651** (0.000)	-0.0965958** (0.000)

Filhos de 6 a 12 anos	-0.0588314** (0.000)	0.0154859* (0.011)	-0.0187005** (0.000)	0.0010686 (0.849)	-0.0087493 (0.112)
Filhos de 13 a 17 anos	-0.0443526** (0.000)	0.0112749 (0.208)	0.0147428* (0.051)	0.030393** (0.000)	0.0322881** (0.000)
Filhas de 13 a 17 anos	-0.0198669* (0.049)	0.0266462** (0.003)	0.0178606* (0.019)	0.0358562** (0.000)	0.0491635** (0.000)
Filhos de 18 anos ou mais	-0.0329836** (0.001)	-0.022567** (0.001)	0.0132999* (0.037)	0.0253098** (0.000)	0.0399304** (0.000)
Log (Renda domiciliar per capita liquida)	-0.0818154** (0.000)	-0.0845774** (0.000)	-0.0701401** (0.000)	-0.0457103** (0.000)	-0.046874** (0.000)

## 6. Conclusão

O objetivo deste trabalho foi investigar a evolução da taxa de participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e identificar seus determinantes mais significativos nos últimos 20 anos.

A TPF no mercado de trabalho brasileiro mostrou um crescimento substancial durante os anos 90 e início dos anos 2000, seguida de estagnação entre 2006 e 2009 e queda expressiva a partir de 2009 que pareceu manter a TPF num nível mais baixo nos anos subsequentes. Essas mudanças na TPF durante as últimas décadas afetaram grupos da população feminina de formas diferentes, de acordo com idade, escolaridade e estado civil. O aumento da TPF se mostrou mais pronunciado para mulheres em subgrupos com a participação mais alta: de faixa etária média (18 a 54 anos), escolaridade média (ensino médio incompleto), e mulheres solteiras. Em contraste, a estagnação e queda conseguinte nos anos 2000 foram mais expressivas em grupos com TPFs mais voláteis: de faixa etária mais nova (15 a 17 anos), que seriam em maioria estudantes, de nível de escolaridade baixo (0-3 anos), que têm probabilidade mais alta de trabalhar em setores informais, e um menos volátil: mulheres solteiras, talvez refletindo a maior proporção de mulheres mais novas (15-17) no grupo.

Os resultados deste estudo confirmam evidências encontradas em trabalhos relacionados, de que escolaridade e fatores familiares são determinantes extremamente importantes para a oferta de trabalho feminina no Brasil. Os níveis de escolaridade que mais causam impacto sobre a TPF brasileira (11 e 15 anos) indicam a importância da conclusão dos ensinos médio e, em menor proporção, superior no aumento da participação feminina. Já os fatores familiares reforçam o peso do trabalho domiciliar sobre a decisão da mulher de entrar no mercado de trabalho, já que ter um cônjuge, filhos pequenos ou renda domiciliar não laboral diminuem significativamente a probabilidade da mulher de participar no mercado mas ter uma filha ou filho adolescentes em casa, presumidamente ajudando com as tarefas domiciliares, a aumenta.

A tendência negativa da TPF dos últimos anos poderá ter efeitos não só sobre as mulheres que participam do mercado, como sobre o mercado e a economia brasileira como



um todo. Para reverter os movimentos recentes da TPF, os resultados aqui encontrados indicam a necessidade de criar políticas focadas em educação e, mais importante, na redução da carga de trabalho doméstico feminina, como a construção de creches, melhora na licença paternidade de ambos os pais e incentivo ao trabalho remoto.

## 7. Bibliografia

- AGÜERO, J. M.; MARKS, M. S. Motherhood and Female Labor Supply in the Developing World: Evidence from Infertility Shocks. *Journal of Human Resources*, University of Wisconsin, v. 46, n. 4, p. 800-826, 2011.
- AMADEO, E. et al. A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Repositorio do Conhecimento do IPEA-<http://hdl.handle.net/11058/2464>, jan. 1994.
- AKERLOF, G.; KRANTON, R. Economics and Identity. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford University Press, v. 115, n. 3, p. 715-753, ago. 2000.
- AKGÜNDÜZ, Y. E.; PLANTENGA, J. **Child Care Prices and Female Labour Force Participation: A Meta-Analysis**. Discussion Paper Series, Tjalling C. Koopmans Research Institute, v. 11, n. 8, abr. 2011.
- ALZÚA, M.; CRUCES, G.; RIPANI, L. Welfare programs and labor supply in developing countries: experimental evidence from Latin America. IZA Discussion Paper No. 6959, Institute for the Study of Labor, out. 2012.
- ANGRIST, J. D.; EVENS, W. N. Children and Their Parents' Labor Supply: Evidence from Exogenous Variation in Family Size. *The American Economic Review*, American Economic Association, v. 88, n. 3, p. 470-477, jun. 1998.
- BARROS, R. P.; VARANDAS, S. **A carteira de trabalho e as condições de trabalho e remuneração dos chefes de família no Brasil**. Repositorio do Conhecimento - Textos para Discussão, n. 118, <Http://hdl.handle.net/11058/1225>, p. 2-27, out.1987
- BARROS, R.; MELLO, R.; PERO, V. Informal Labor Contracts: a Solution or a Problem? Discussion Papers – IPEA n. 40, <Http://www.ipea.gov.br>, jan. 2015. 1993
- BARROS, R.; JATOBÁ, J.; MENDONÇA, R. **A evolução da participação da mulheres no mercado de trabalho: uma análise de decomposição**. In: Encontro Nacional da ABET, 1995, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ABET, 1995.
- BEAMAN, L. et al. Powerful Women: Does Exposure Reduce Bias?. *Quarterly Journal of Economics*, [S.L.], v. 124, p. 1497-1520, 2009.
- BECKER, G. S.. A Theory of the Allocation of Time. **The Economic Journal**, Royal

Economic Society, v. 75, n. 299, set. 1965.

BERNIELL, M; SANCHEZ-PARANO, C. Overview of Time Use Data Used for the Analysis of Gender Differences in Time Use Patterns. Background paper for the WDR 2012, [2011

BREDEMEIER, C.; JUESSEN, F. **Assortative Mating and Female Labor Supply**. Journal of Labor Economics, The University of Chicago Press, v. 31, n. 3, p. 603-631, jul. 2013.

BRUSCHINI, C.; LOMBRADI, M. R.. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10, p. 483-516, 1996

BUSSO, M; FONSECA, D. R. **Female Labor Force Participation in Latin America: Patterns and Explanations**. Documentos de Trabajo del CEDLAS; no. 187, Universidad Nacional de La Plata, v. 1, p. 1-58, ago. 2015.

BUSSO, M.; BASSI, M.; MUÑOZ, J. S. **Is the Glass Half Empty or Half Full? School Enrollment, Graduation, and Dropout Rates in Latin America**. IDB Working Paper No. IDB-WP-462, Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2367706>, out. 2015.

CASCIO, E. **Public Preschool and Maternal Labor Supply: Evidence from the Introduction of Kindergartens into American Public Schools**. The Journal of Human Resources, v. 44, n. 1, p. 140-170, mai. 2006.

CAVALCANTI, T.; TAVARES, J. **Assessing the “Engines of Liberation”: Home Appliances and Female Labor Force Participation**. MIT Prees Journals, v. 90, n. 1, p. 81-88, fev. 2008.

CHAN, A.H. The effects of full-time domestic workers on married women’s economic activity in Hong Kong, 1981-2001. **International sociology**, v.21, n.1, pp.133-159, 2006.

CONNELLY, R.; DEGRAFF, D. Women's employment and child care in Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, v. 44, n.3, pp.619-656, 1996.

CERRUTTI, M. **Economic Reform, Structural Adjustment and Female Labor Force Participation in Buenos Aires, Argentina**. World Development, University of

- Pennsylvania, Elsevier, v. 28, n. 5, p. 879-891, mar. 2009.
- COEN-PIRANI, D.; LEÓN, A.; LUGAUER, S. **The effect of household appliances on female labor force participation: Evidence from microdata**. Labour Economics, Elsevier, v. 17, n. 3, p. 503-513, 2010.
- COSTA, J. S. M. Determinantes da Participação Feminina no Mercado Brasileiro. Departamento de Economia, Universidade de Brasília, p. 20-61, nov. 2007.
- CRUCES, G.; GALIAN, S. Fertility and female labor supply in Latin America: New causal evidence. Labour Economics, Elsevier, v. 14, n. 3, p. 565-573, jun. 2007.
- DETTLING, L. **Broadband in the labor market: The impact of residential high speed internet on married women's labor force participation**. Finance and Economics Discussion Series, The Federal Reserve Board, 2014.
- DINKELMAN, T. The effects of rural electrification on employment: New evidence from South Africa. American Economic Review, Aeaweb.org, v. 101, n. 7, p. 3078-3108, dez. 2011.
- DUFLO, Esther. Women's Empowerment and Economic Development. National Bureau of economic Reserarch Working Paper No. 17702, Cambridge, MA, dez. 2011.
- FOSTER, A.; ROSENZWEIG, M. **Technical Change and Human-Capital Returns and Investments: Evidence from the Green Revolution**. American Economic Review, <Http://www.jstor.org>, v. 86, n. 4, p. 931-953, 1996.
- FERNANDES, R.; , F. Felício. **The Entry of the Wife into the Labor Force in Response to the Husband's Unemployment: A Study of the Added Worker Effect in Brazilian Metropolitan Areas**. Economic Development and Cultural Change, The University of Chicago Press, v. 53, n. 4, p. 887-911, jul. 2005.
- FUNKHOUSER, E. The urban informal sector in Central America: Household survey evidence. ELSEVIER, v. 24, n. 11, p. 1737-1751, nov. 1996.
- GASPARINI, et al. **Female Labor Force Participation in Latin America: Evidence of Deceleration**. CEDLAS-UNLP and CONICET - Documento de Trabajo-181, Repositorio Institucional de La UNLP, p. 1-29, mar. 2015.
- GASPARINI, L.; GARGANTA, S. **The impact of a social program on labor**

- informality: The case of AUH in Argentina.** Journal of Development Economics, Elsevier, v. 115, jul. 2015.
- GOLDIN, C. A Grand Gender Convergence: Its Last Chapter. American Economic Review, [Http://dx.doi.org](http://dx.doi.org), v. 104, n. 4, p. 1091-1119, abr. 2014.
- GONÇALVES, M.; PEREZ, E.; WAJNMAN, S. **Taxas de participação (formal e informal) feminina no mercado de trabalho das regiões Sudeste e Nordeste: uma análise a partir das PNADs 1992-2002.** In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu. **Anais...**, Caxambu: ABEP, 2004.
- GONG, X.; VAN SOEST, A. Wage Differentials and Mobility in the Urban Labour Market: a Panel Data Analysis for Mexico. Labour Economics, Elsevier, v. 9, n. 4, p. 513-29, set. 2002.
- GONZAGA, G.; REIS, M. C. Oferta de trabalho e ciclo econômico: os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil. Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, abr./jun. 2011.
- GREENWALD, A. G. et al. **A Unified Theory of Implicit Attitudes, Stereotypes, Self-Esteem, and Self-Concept.** Psychological Review, v. 109, p. 3-25, 2002
2016. GREENWOOD, J.; SESHADRI, A.; YORUKOGLU, M. **Engines of Liberation.** Review of Economic Studies, Wiley-Blackwell, v. 72, n. 1, p. 109-133, 2005.
- JENSEN, R. **Do Labor Market Opportunities Affect Young Women's Work and Family Decisions? Experimental Evidence from India.** The Quarterly Journal of Economics, Oxfordjournals.org, v. 127, n. 2, p. 753-792, mar. 2012.
- KHITARISHVILI, T. **The Economic Crisis of 2008 and the Added Worker Effect in Transition Countries.** Levy Economics Institute, Working Paper, v. 765, mai. 2013.
- LEFEBVRE, P.; MERRIGAN, P.; VERSTRAETE, M. **Dynamic labour supply effects of childcare subsidies: Evidence from a Canadian natural experiment on low-fee universal child care.** Labour Economics, Elsevier, v. 16, n. 5, p. 490-502, out. 2009.
- LEME, M.; WAJNMAN, S. **Efeitos do Período, Coorte e Ciclo de Vida na Participação feminina no Mercado de Trabalho Brasileiro.** In: XXI Encontro Brasileiro de Econometria, 1999, Belém. **Anais...**, Belém: SBE, 1999.

- LUNDBERG, S. **Labor Supply of Husbands and Wives: A Simultaneous Equations Approach**. The Review of Economics and Statistics, The MIT Press, v. 70, n. 2, p. 224-235, mai. 1988.
- NERI, M. C. Decent Work and the Informal Sector in Brazil. Ensaio Econômicos FGV, URL: <http://hdl.handle.net/10438/759>, n. 461, nov. 2002.
- NOVELLA, R. et al. **Conditional Cash Transfer, Female Bargaining Power and Parental Labour Supply**. IDB Working Paper, Inter-American Development Bank, nov. 2012.
- PARKER, S; SKOUFIAS, E. **The impact of PROGRESA on work, leisure and time allocation. Final Report**, International Food Policy Research Institute (IFPRI), Washington, D.C., v. 1, p. 5-32, out. 2000.
- PAZELLO, E.; FERNANDES, R. **A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos**. In: XXXII Encontro nacional da ANPEC, 2004, João Pessoa. **Anais...**, João Pessoa: ANPEC, 2004.
- PRADHAN, M.; VAN SOEST, A. Formal and Informal Sector Employment in Urban Areas of Bolivia. Labour Economics, Elsevier, v. 2, n. 3, p. 275-297, set. 1995.
- RAMOS, L.; SOARES, A.L. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Repositorio do Conhecimento - IPEA, Texto para Discussão, n. 914, <Http://hdl.handle.net/11058/2804>, 2002.
- SOARES, S. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho- homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 2002???
- SOARES, S.; Izaki, R.S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 .
- SOARES, Y.S.D. Viés de gênero no consumo, na poupança e na oferta de mão-de- obra no

Brasil. **Pesquisa e planejamento economico**, v.32, n.2, pp.99-232, 2002

SCORZAFAVE, L.G., MENEZES-FILHO, N. A. **Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.31, n.3, pp. 441-478, 2001.

SEDLACEK, G.L., SANTOS, E.C. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar**. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.

TEIXEIRA, C. G. **Efeitos da transferência de renda na oferta de trabalho**. Mercado de trabalho, Repositório IPEA.gov, v. 1, p. 01-46, fev. 2011.

TORTAROLO, D. **Female Labor Supply and Fertility. Causal Evidence for Latin America**. CEDLAS Working Papers, Universidad Nacional de La Plata, n. 166, ago. 2014.

WONG, R.; LEVINE, R. **The effects of the structure of the household on women's economic activity and fertility: evidence from recent mothers in urban Mexico**. Economic Development and Cultural Change, v. 41, n.1, pp.89-102, 1992.

ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura**. Revista de Economia Política, [S.L], v. 26, n. 4, p. 596-618, out./dez. 2006.